

Portal da CTB

Sindimetal-Rio promove debate o golpe de 64 e a repressão aos metalúrgicos

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e o Grêmio dos Aposentados da categoria realizarão, no dia 1º de Abril, às 9h, na sede do Sindimetal, um debate com o tema "os metalúrgicos e o golpe militar".

A atividade acontece no dia em que se completam os 50 anos do golpe e servirá como uma preparação para a militância metalúrgica para o ato que unificará todas as centrais sindicais em um grito contra a Ditadura e em defesa da Democracia e das reformas que o país precisa.

O Sindimetal-Rio foi um das entidades mais vigiadas pelo regime autoritário chegando ao absurdo de ter instalado, em suas dependências, no Palácio dos Metalúrgicos, um Inquérito Policial Militar para investigar os trabalhadores.

O presidente do sindicato, Alex Santos, afirma que a atividade será um espaço de formação e de resgate da história do Sindicato. "O Sindimetal-Rio tem um compromisso histórico com a luta pela democracia e pelo resgate da memória das lutas do povo brasileiro. Realizamos esse debate em respeito à luta que os metalúrgicos travaram contra a ditadura", afirma.

Serviço:

Data: 1º de abril

Horário: 9h

Local: Sede do Sindimetal-Rio – Rua Ana Neri, 152, Benfica

Portal da Força Sindical

Montadoras cortam a produção

As montadoras estão reduzindo o ritmo de produção recorde do ano passado para adequar seus volumes ao novo cenário de queda nas exportações para a Argentina e acomodação do consumo doméstico.

Os ajustes começaram na virada do ano, quando os fabricantes esticaram as férias coletivas para normalizar estoques. Depois disso, os cortes prosseguiram a partir de medidas como paradas de produção, eliminação de horas extras, mais férias coletivas e afastamento temporário de operários.

Desde o mês passado, pelo menos quatro montadoras de carros - Volkswagen, Renault, Honda e Peugeot Citroën - e três fabricantes de caminhões do ABC paulista - Mercedes-Benz, Scania e Ford - vêm apertando o freio nas linhas de montagem.

A Renault, que tem cerca de 20% da produção destinada à Argentina, diminuiu o ritmo do terceiro turno na fábrica de São José dos Pinhais (PR), mesma cidade onde 150 operários da Volkswagen - número que pode chegar a 300 - estão afastados, por pelo menos três meses, da produção. Em Porto Real, no sul do Rio de Janeiro, a Peugeot Citroën também suspendeu contratos de trabalho de aproximadamente 600 funcionários para reduzir o efetivo em 30% e, assim, cortar a produção em igual proporção.

Por sua vez, a Honda suspendeu as horas extras que vinham sendo realizadas nos últimos dois anos em Sumaré, interior paulista, para fazer frente ao crescimento da demanda.

Números da Anfavea, a entidade que abriga as montadoras instaladas no país, mostram queda de 2,7% na produção da indústria automobilística durante o primeiro bimestre. No total, 518,6 mil veículos saíram das fábricas nos dois primeiros meses do ano.

Os resultados de março só serão conhecidos na sexta-feira da semana que vem, mas já é possível prever impacto negativo das paradas de linhas durante o feriado de Carnaval, seguidas por férias coletivas de dez dias na fábrica da Volks no ABC e novas interrupções na indústria de veículos pesados.

A Mercedes-Benz, por exemplo, voltou a adotar a semana curta de trabalho, com um dia a menos de produção na linha de caminhões de seu parque industrial em São Bernardo do Campo (SP). A montagem de ônibus no local não foi alterada, mas a jornada de trabalho semanal no setor de caminhões foi reduzida de cinco para quatro dias.

Os dias parados, como acertado com o sindicato dos metalúrgicos da região, serão descontados do banco de horas dos trabalhadores. Cerca de 2 mil operários trabalham na produção de caminhões da Mercedes-Benz. A montadora diz que, se necessário, realizará novas paralisações.

Paradas também têm acontecido na Scania, que interrompeu a produção por cinco dias desde fevereiro. A fabricante de caminhões extrapesados ainda deixará de produzir nos dias 22 de abril e 5 de maio. Para ajustar a produção ao nível da demanda, a Scania diz que está utilizando um acordo de jornada flexível fechado com o sindicato dos metalúrgicos do ABC. Antes do Carnaval, a Ford também já tinha paralisado por cinco dias a montagem de caminhões em São Bernardo.

As vendas de caminhões caíram 3,9% no primeiro bimestre, somando 21,2 mil unidades. O setor atribui o desempenho ruim à demora na regulamentação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), um dos maiores impulsionadores desse mercado ao conceder juros subsidiados nos financiamentos de bens de capital.

As vendas de carros mostravam crescimento de 5% até fevereiro, mas entraram em trajetória de queda depois que se esgotaram os estoques de automóveis com as alíquotas antigas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ao mesmo tempo, as exportações de veículos para a Argentina, destino de quatro a cada cinco carros embarcados no Brasil, registram queda de 25% neste ano.

No total, 45,5 mil veículos produzidos no Brasil tiveram como destino o mercado argentino nos dois primeiros meses de 2014, quase 15 mil unidades a menos do que os 60,4 mil de um ano atrás. Além das restrições impostas pelo governo de Cristina Kirchner, como o corte de praticamente um terço das importações de carros, o desempenho é afetado pela retração próxima a 20% do consumo de veículos no país vizinho.

Junto com a substituição de carros importados por nacionais, o avanço das exportações para a Argentina foi a mola propulsora da produção recorde das montadoras brasileiras no ano passado, quando 3,71 milhões de veículos foram fabricados no país.

Ainda não há registros de demissão em massa no setor, mas alguns sindicatos já se movimentam para defender a manutenção dos empregos. Segundo estimativas do sindicato dos metalúrgicos da Grande Curitiba, região onde a Renault está instalada, a montadora francesa está trabalhando com um excedente de 150 operários. O futuro deles está sendo discutido entre as partes.

"Não descartamos nenhuma solução", diz o presidente do sindicato, Sérgio Butka, quando questionado se as alternativas negociadas incluem a abertura de um programa de demissões voluntárias ou o afastamento temporário dos trabalhadores, repetindo o recurso utilizado pela vizinha Volkswagen.

O sindicalista estima em 40% o corte de produção no turno da noite e informa que as exportações da marca francesa para a Argentina devem ficar, neste ano, 25 mil unidades abaixo da meta inicialmente traçada. Procurada pelo Valor, a Renault preferiu não se manifestar sobre o assunto, informando que ainda vai aguardar os resultados do mês antes de fazer qualquer comentário. Há um ano, a fábrica da Renault teve sua capacidade de produção anual ampliada em 100 mil carros.

Portal da Força Sindical

Cerca de 70% dos idosos voltam à ativa como autônomos

O aposentado recebe um valor mensal do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que oscila entre o piso de R\$ 724, equivalente a um salário-mínimo, e o teto previdenciário, de R\$ 4.390,24. Porém, cerca de 25% deles, em todo o País, precisam voltar ao mercado de trabalho para complementar sua renda.

Segundo levantamento do Instituto Somatório Consultoria de Inteligência de Mercado, esse número representa, em média, 3,5 milhões de aposentados ativos. Considerando os que têm mais de 60 anos, 70% voltam a atuar como autônomos.

Conforme explica o diretor do Somatório, Marcello Guerra, a atividade autônoma acaba sendo a opção que o aposentado encontra para gerar renda. "Este percentual reflete o tipo de oportunidade que é apresentada ao indivíduo aposentado. Temos uma maior incidência neste tipo de ocupação, ainda que haja uma disposição dos empregadores em contratar essas pessoas (por exemplo, como office old, que tem funções de pagar contas em bancos), a maioria acaba encontrando oportunidade no emprego autônomo."

Segundo ele, a escolaridade está diretamente relacionada com o cargo que o aposentado vai ocupar depois de voltar ao mercado. "O benefício da aposentadoria é significativo para a manutenção das famílias, especialmente nas classes C e D. Quando o aposentado volta a trabalhar é mais importante ainda porque ele consegue uma renda a mais. O problema é que tudo está relacionado ao grau de instrução, que vai determinar que ele tenha um emprego assalariado de menor qualificação ou de autônomo", declara.

Segundo a pesquisa, 24% dos idosos têm o Nível Médio de escolaridade, sendo, deste total, que 31% são homens e, 21%, mulheres.

GRANDE ABC - Segundo dados da Associação de Aposentados e Pensionistas do Grande ABC, 50% dos aposentados na região continuam trabalhando, sendo 30% com registro em carteira.

De acordo com o assessor da diretoria da associação, Ewander Cezar Moraes, os aposentados que retornam ao mercado podem ser classificados em dois grupos: carteira assinada e autônomos.

“Temos aqueles que se aposentaram por tempo de contribuição, para assegurar renda adicional, até por medo de mudanças nas leis previdenciárias, e continuam trabalhando registrados na mesma função. Eles continuam contribuindo, mirando numa possível ação de desaposentadoria (troca do benefício por outro mais vantajoso ao adicionar pagamentos feitos depois de aposentado) na Justiça. Já aqueles que estão aposentados há algum tempo e, ao verem seu benefício sendo corroído pela inflação, têm de voltar a trabalhar, encontram oportunidade como autônomo ou no setor de comércio e serviços sem registro”, explica.

É o caso do autônomo e aposentado Benildo Henrique, 65 anos. Ele se aposentou como porteiro de uma indústria e recebe aposentadoria de em média R\$ 1.200.

“Eu já tinha uma perua antes de me aposentar e, de vez em quando, fazia alguns trabalhos como carreto para ajudar no orçamento. Quando me aposentei, decidi ficar trabalhando só com isso, até porque não consigo parar de trabalhar, me faz mal”, afirma.

Com o emprego, Henrique recebe em média um salário-mínimo por mês. Valor determinante para pagar as contas da casa, onde mora com a mulher e o neto de 9 anos. “Esse dinheiro ajuda muito na hora de pagar contas.”

Portal Mundo Sindical

Prefeitura de Palmas apresenta proposta para Sindicato e discute prazos para estudo de equiparação

Foi realizada na manhã desta terça-feira, 25, uma reunião entre representantes do Sindicato dos Servidores Públicos de Palmas (Sisemp) e os secretários de Planejamento e Gestão, Francisco Viana, e de Saúde, Luis Teixeira, e o secretário executivo de Governo e Relações Institucionais, Adir Gentil. Na pauta as questões relacionadas a equiparação salarial dos servidores.

Na ocasião, Adir Gentil explicou a necessidade de se fazer uma análise mais aprofundada sobre o tema. “Será feito um levantamento aprofundado e assim corrigir as distorções existentes. Não queremos trabalhar com o paliativo e nem beneficiar apenas uma categoria, mas que a valorização e reconhecimento do servidor seja justa e igualitária para todos”, explicou Adir.

Adir ressaltou que foi realizada uma reforma tributária municipal e com isso a gestão espera que a arrecadação aumente, sendo necessário esperar os resultados destas receitas para depois discutir e apresentar uma solução para as demandas apresentadas pelos servidores.

Foi solicitado à categoria um prazo de 90 dias para que as receitas municipais, derivadas dos aumentos de taxas e impostos, sejam analisadas e então será apresentada aos servidores uma proposta de como será feita a equiparação. A reunião ficou marcada para dia 07 de julho.

Será realizada ainda uma reunião com o Sindicato, no dia 15 de maio, para apresentar os primeiros resultados, ou seja, uma prévia de como estão as receitas municipais até a data.

Câmara de negociação

O secretário de Planejamento de Gestão, Francisco Viana, também falou sobre o aprofundamento da discussão. “Após ser discutida e feita toda uma análise das demandas apresentadas, identificamos que é preciso um estudo mais aprofundado de maneira que o município atenda o que será proposto. Não vamos prometer o que não vamos cumprir”, afirmou Viana.

Outra questão apresentada pelo secretário Francisco Viana foi o encaminhamento da criação das câmaras setoriais de negociação permanente para discutir questões funcionais, salariais, entre outras, com os servidores para o legislativo.

“É um processo que está na reta final e será possível a participação direta com dos servidores já nesta discussão da equiparação salarial”, afirmou.

O secretário de Saúde, Luis Teixeira, destacou o empenho da gestão. “A equiparação é justa e este entendimento foi rápido. As dificuldades existem, mas a gestão é quem mais tem interesse em ser justa”, afirmou.

Reajuste

Ainda na oportunidade, foi lembrado da negociação feita com os servidores administrativos da Educação e que se estende ao Quadro Geral e Saúde. A proposta consiste em reajuste de 8,32% para os professores acompanhado o piso nacional e 5,91% acrescido de reajuste 33% no auxílio alimentação, ou seja, os servidores recebem atualmente R\$ 150 de auxílio o valor com o aumento será de R\$ 200. O secretário informou que o aumento de 5,91% é referente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2013, pois ainda não saiu o Índice deste ano.

Fonte: Conexão Tocantis - 26/03/2014

Portal Mundo Sindical

MST e Sindicato dos Bancários protestam em visita de Dilma a Bauru

A presidente Dilma Rousseff foi recebida sob protestos do Movimento Sem Terra e do Sindicato dos Bancários durante entrega de 944 apartamentos do programa “Minha Casa, Minha

Vida", na tarde desta terça-feira (25), em Bauru (SP). Já a presidente reclamou, durante o discurso, da qualidade do piso das escadas dos blocos dos apartamentos populares.

Com faixas e cartazes, cerca de 100 integrantes do MST pediram a regularização de assentamentos de Bauru. A manifestação, que ocorreu do lado de fora do local onde estava sendo realizada a cerimônia oficial e foi pacífica. A segurança na região do condomínio estava reforçada, com homens da Polícia Militar e do Exército. Um dos manifestantes era o assentado Antônio Carlos Lorca. "São oitocentas famílias esperando há três anos", reclamou.

Já o Sindicato dos Bancários reivindica a valorização da categoria e cobra mais segurança nas agências bancárias. "Infelizmente, a segurança dentro da categoria e do sistema financeiro, ela é feita por empresas terceirizadas. Tudo isso, infelizmente, para reduzir os custos dos banqueiros, que só no ano passado lucraram R\$ 60 bilhões neste governo que está aí", afirmou a diretora do Sindicato dos Bancários em Bauru, Priscila Rodrigues.

Reclamação

A presidente entrou em um dos 944 apartamentos entregues na visita a Bauru. Dilma Rousseff afirmou que sempre observa se a qualidade dos materiais usados nas obras do programa federal é boa. Mas ela não gostou do que viu nas escadarias dos blocos, que têm piso de concreto.

"Visitei o apartamento. Olho se a janela é boa, se a porta está certa, se o piso é bom. Se a cozinha tem azulejo, que vai facilitar a limpeza. Olhei a escada e quero dizer que fiz uma pequena reclamação. Falei com o empresário da construtora e ele se comprometeu a colocar piso antiderrapante nas escadas", avisou a presidente.

Contemplada

A cerimônia de entrega estava lotada de autoridades e também de pessoas comuns, beneficiadas no programa em Bauru. Mas a diarista Maria de Fátima de Paula, de 52 anos, teve um dia que ficará marcado na história da vida dela. Ela foi a única contemplada a receber as chaves dentro do apartamento das mãos da presidente.

Dilma Rousseff entrou na unidade habitacional, que também era a única a estar mobiliada. Para Maria, a emoção de entrar no apartamento de número 12 do bloco 17, foi inexplicável.

"Me disseram que receberia uma visita, mas jamais pensei que seria a presidente Dilma. Estou muito feliz e fiquei emocionada. Não sabia nem como agir. Até chorei um pouco. Foi um sentimento de muito respeito e consideração. Um privilégio", disse a diarista, que vai morar com a filha de 14 anos.

Unidades

As unidades habitacionais são os residenciais "Água da Grama", na Vila Nova Esperança e, "Três Américas II", na região do Bauru 16. O primeiro conjunto tem 560 apartamentos de até 43 metros quadrados, distribuídos em 35 blocos de quatro andares. Cada um deles está avaliado em R\$ 62 mil. No outro empreendimento são 384 apartamentos distribuídos em 24 blocos de também de quatro andares.

Os apartamentos são para pessoas com renda familiar mensal de até R\$ 1,6 mil. O valor das prestações varia de R\$ 25 a R\$ 80, a serem pagas no prazo de até dez anos, sem entrada.

Fonte: Alan Schneider/G1 - 26/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sintep-MT denuncia exclusão do sindicato na comissão de concurso público

Depois de intensa cobrança do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) para a realização de novo concurso público, o Governo publicou a portaria que institui a comissão para atuar no certame, porém, nessa comissão foi excluída a participação efetiva do Sintep/MT.

Recentemente o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou estudo que confirma a situação já denunciada pelo Sintep/MT há alguns anos, quanto ao grande número de contratos temporários no Estado. Uma situação que passou a ser regra e não excepcionalidade conforme dispõe a Constituição Federal. Como a lei não é cumprida em Mato Grosso, este tema é pauta permanente do Sindicato e faz parte do acordo que suspendeu a greve de 67 dias em 2013.

Na Portaria publicada no Diário Oficial no dia 18 de março são listados como membros da Comissão Especial de Concurso público três servidores da Seduc e três da Secretaria de Estado de Administração (SAD). "No segundo parágrafo da portaria 004/2014 fica definido que o Sintep/MT poderá apenas acompanhar os trabalhos da Comissão, mas historicamente o Sindicato sempre fez parte da Comissão que era constituída de forma paritária", relembra o secretário de Finanças do Sintep/MT, Orlando Francisco.

Na audiência de janeiro entre SEDUC e SINTEP a Secretária de Educação comunicou que já havia sido realizado estudos técnicos para o concurso e oficializou ao SINTEP-MT a solicitação dos nomes para compor a Comissão, o que foi respondido prontamente pelo Sindicato.

"O Sintep/MT ficou surpreso com a ausência na Portaria dos nomes encaminhados para compor a Comissão, contrariando o que havia sido definido na referida audiência. Não podemos aceitar esta atitude por parte do governo que demonstra novamente a falta de vontade em garantir os direitos dos trabalhadores da educação ", avalia a secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Sintep/MT, Vânia Maria Rodrigues Miranda.

Fonte: Mídia News - 26/03/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos de Gravataí iniciam negociações na campanha salarial de 2014 para GM

A discussão das cláusulas sociais e metas dominaram o encontro realizado entre a comissão de negociação da General Motors e diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí. As tratativas tiveram início em 27 de fevereiro e nesse momento acontecem reuniões de negociação para que seja levada proposta para votação em assembleia com a presença dos trabalhadores.

- A classe trabalhadora vem sofrendo ataques desnecessários. Vamos negociar, mas exigimos respeito com os trabalhadores - afirmou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, Valcir Ascari, o Quebra-Molas.

A reivindicação do Sindicato dos Metalúrgicos é de reajuste salarial de 10% (inflação do período mais aumento real) em 1º de abril de 2014. Os trabalhadores também pedem abono salarial de R\$ 3.500,00 e PPR de R\$ 6 mil (no atingimento de 100% da meta). O piso salarial reivindicado pelo Sindicato é de R\$ 1.850,00.

A jornada de trabalho deve também ser reduzida para 40 horas semanais. Desde 2010, vem sendo tratada a diminuição da carga, estando atualmente em 41 horas por semana.

A pauta conta ainda com um item que se refere a implantação do 3º turno. Os trabalhadores querem a garantia de emprego para quem for selecionado para esse turno. Nas cláusulas sociais é pedida a revisão da cota de participação com redução do valor da consulta médica.

Estiveram presentes representando o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí os diretores Valcir Ascari, Noeldi Leal Trindade (Nando), Gualberto Cetrullo Dusser (Castelhano) e Edson Dorneles.

Fonte: Playpress Assessoria - 26/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato repudia agressão a profissionais de imprensa em AL

O Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) manifestou repúdio à agressão praticada contra a jornalista Catarina Martorelli e o cinegrafista Nildo Lopes na última segunda-feira (24/3), quando os dois faziam reportagem sobre estacionamento irregular de veículos em calçadas próximas à praia Jatiúca, em Maceió (AL).

De acordo com a entidade, um motorista infrator tomou o microfone da repórter, torceu seu pulso e em seguida, avançou com o carro na direção do cinegrafista. "Além de uma bestial covardia, é um ataque à liberdade de imprensa e ao direito à informação, expressamente garantidos na Carta Magna e outros dispositivos da legislação", diz um trecho do texto.

Para o órgão, atacar a integridade física de uma pessoa no exercício profissional, sobretudo pelo fato de que se buscava informações por parte dos agredidos, é contra a sociedade e as instituições democráticas.

O Sindicato aproveitou para cobrar uma providência das autoridades em relação ao caso e alertou que acompanha de perto os encaminhamentos policiais e jurídicos para que o culpado seja punido. "Não há brecha para a impunidade", enfatizou a entidade.

Fonte: Portal Imprensa - 26/03/2014

Portal da CTB

FSM Américas emite nota em apoio à greve geral no Paraguai

Nesta quarta-feira (26), os paraguaios farão uma greve geral contra as políticas entreguistas do governo de Horacio Cartes. Convocada pelas centrais sindicais daquele país, a mobilização tem amplo apoio da população. A Federação Sindical Mundial Américas emitiu uma nota em respaldo à greve.

Leia abaixo a íntegra da nota:

A Federação Sindical Mundial em "Nossa América" se solidariza com a justa greve convocada pelo movimento sindical paraguaio e rechaça a pretensão do governo de qualificá-la como violenta

Esta, que seguramente será uma aguerrida manifestação de repúdio à política econômica e social do presidente Horacio Cartes que, sem dúvida, constituirá genuína expressão democrática dos trabalhadores e suas organizações sindicais contra a imposição das medidas avassaladoras de direitos trabalhistas e humanos que atentam contra a já precária existência dos trabalhadores

paraguaios e seus familiares, pretende-se por parte do governo deslegitimar o falso argumento de que – sem ainda ter se realizado – será violenta.

Após pretender criminalizar o protesto antes de que ele ocorra, [o governo] tenta intimidar os participantes e por outra, justificar dias antes de seu desenvolvimento, a repressão desta pacífica expressão em favor da preservação de seus direitos.

A Federação Sindical Mundial na “Nossa América” manifesta seu pleno apoio a esta manifestação e responsabiliza o governo pelas consequências que possam ocorrer de sua injustificável repressão.

Federação Sindical Mundial região da América Latina e Caribe

Organizado por Ernesto Germano